

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AIMORÉS - MG.

Ata da Vigésima Sétima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Aimorés-MG, realizada dia dezesseis de outubro de dois mil e dezessete, com início às dezoito horas e quatorze minutos, e término às dezenove horas e quarenta e oito minutos. A reunião foi presidida pelo Presidente Rubens Barcelos, com o auxílio técnico da secretária legislativa Maria de Lurdes, e do assessor jurídico Dr. Rodrigo Condé, e contou com a presença de 11 (onze) vereadores assim relacionados:

- Rubens Barcelos
- Adalton Marques Teixeira
- Admar Gomes da Silva
- André Vidal de Freitas
- Daniel Lemos
- João Martins Nunes
- José Alexandre Ferreira
- Luciano Afonso César
- Neacir de Oliveira Silva
- Onair Vitorino Filho
- Sebastião Ferreira de Souza

O Presidente deu abertura à reunião com a seguinte fórmula invocatória: "SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS". Após esta invocação, foi proferida uma oração a Deus pelo vereador André Vidal.

Primeira Parte: Expediente

Leitura da Ata anterior: aprovada por unanimidade

Leitura de Correspondência e Comunicações:

Convite do PSB-MG, convidando para o 1º Encontro Regional dos Municípios, dia 19/10/2017, às 10h00min, na Câmara Municipal de Aimorés-MG, com a presença do ex-prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda - Presidente da Frente Nacional de Prefeitos.

Correspondência da ACIASA/CDL de Aimorés, encaminhando carta que fora entregue a todos que participaram do I Encontro de Líderes, ocorrido no dia 28/09/2017, na ACIASA/CDL, contendo as demandas levantadas junto aos associados.

Convite da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, convidando para a discussão participativa do PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental 2016/2019, revisão para 2018, com os temas para discussão: Água e Agricultura Familiar, no dia 18/10/2017, de 08h00min às 18h00min, na UNIVALE de Governador Valadares.

Leitura de Pareceres:

Parecer favorável da Comissão de Serviços Públicos, Obras e Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 034/2017 que "Institui o Programa Social Bolsa de Estudo para custear Bolsas de Estudo em cursos de Graduação e Pós-Graduação."

Parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, ao Projeto de Lei nº 035/2017 que "Altera o artigo 3º da Lei nº 2.589/2016."

Parecer favorável da Comissão de Serviços Públicos, Obras e Meio Ambiente, ao Projeto de Lei nº 037/2017 que "Dispõe sobre a proibição de descarte de entulhos e demais resíduos sólidos e combate ao Aedes Aegypti nos locais que especifica e dá outras providências."

Parecer favorável da Comissão de Serviços Públicos, Obras e Meio Ambiente, ao Projeto de Lei nº 038/2017 que "Dispõe sobre a legitimação de posse de imóvel público municipal descrito no processo de legitimação nº 013/2017."

Tribuna Livre:

Como primeiro orador, o **Senhor Deguimar Ferreira dos Reis**, representante da **Consar doce - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio Doce**, e representante do Secretário Municipal de Saúde Jefferson Dias Batista, o qual no uso da palavra apresentou ao plenário os dados estatísticos referentes à prestação de serviços da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao primeiro quadrimestre do ano de 2017. Os dados referentes ao conteúdo da apresentação do trabalho está a disposição de todos os munícipes junto à secretaria desta Casa de Leis.

Como segundo orador, o Senhor Edmar Barros de Souza, o qual abordou o tema "Água". Segundo o tribuno, a autarquia municipal responsável pelo fornecimento de água não oportuniza aos consumidores a condição de realizarem uma economia do produto, pois conforme se verifica nas contas, todas as residências pagam a taxa mínima pelo consumo ou não de 15000 litros de água. Que há tempos discuti com a referida autarquia sobre a cobrança de inúmeras taxas, as quais compreende serem indevidas. Que o seu consumo não chega a gastar 8m³ de água, contudo, se vê obrigado a pagar mensalmente pelo consumo de 15m³ de água. Que a forma de cobrança da água efetuada pelo SAAE está injusta com os consumidores. Que a taxa comercial é mais alta do que a taxa residencial, sendo que o comércio consome menos água do que a residência. Que se faz necessário à formação de uma comissão parlamentar para discutir esse tema junto aos responsáveis. Que se vê injustiçado por ser obrigado a pagar por uma quantidade que não consome. Que essa injustiça se agrava nas camadas mais carentes de nossa sociedade, quando pequenas residências da periferia são obrigadas a pagar por um valor que não consome. Que diante deste quadro não visualiza a necessidade de se economizar água e conseqüentemente evitar o seu desperdício. Não há uma política de economia de água tratada. A água não acaba; mas apenas muda a sua fonte. Que visualiza a necessidade de um relógio particular para fiscalizar o relógio do SAAE, pois acredita na tese de que tem que confirmar aquilo que consumo. Que reclamamos das condutas dos parlamentares federais, quando na realidade os desvios acontecem em nosso município. Que a autarquia municipal necessita prestar o seu serviço público e não ter lucros. Que a antiga fundação

nacional de saúde construía banheiros e fornecia caixas de água para população carente, contudo, a autarquia mesmo tendo lucro não realiza nenhum trabalho social para a população carente. Que deveria haver uma mudança na tabela das tarifas de água na mesma proporção do imposto predial urbano. Que há mais de dezessete anos questiona o SAAE, mas nunca recebeu uma resposta convincente. Que a autarquia deveria fornecer água sem nenhum custo para as instituições filantrópicas municipais. Que a autarquia não possui um serviço de atendimento ao consumidor para reclamações de falha na prestação do serviço. As reclamações existem para melhorar a prestação do serviço público. A referida autarquia não necessita ter lucro. Que se indigna quando recebe a notícia de lucro da autarquia municipal. Que solicita a interveniência desta Casa na solução deste tema. Que tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que visa avaliar a prestação do serviço efetuado por um servidor público, a fim de melhorar o serviço público federal. Que tem ciência do desrespeito por parte dos servidores da autarquia para com os consumidores. Que a prestação do serviço da autarquia deve ser avaliada periodicamente. O assunto abordado deve ser debatido nesta Casa e pelos representantes da sociedade civil.

Oradores Inscritos:

O Presidente Rubens Barcelos, no uso da palavra congratulou o segundo tribuno por sua manifestação e disse que a ACIASA também está discutindo com a autarquia sobre essa situação.

O vereador Daniel Lemos, no uso da palavra disse ao plenário que cerca de 40 dias atrás conversou com o Líder do Prefeito desta Casa a respeito da situação do SAAE, o qual no exercício de suas funções danifica a pavimentação urbana e não desenvolve nenhum trabalho social junto à população carente deste município. Que não compreende a necessidade da autarquia obter lucro na sua atividade. Que acredita na necessidade da autarquia promover um trabalho social junto às famílias de baixa renda do município.

O vereador João Martins Nunes, no uso da palavra congratulou o segundo tribuno por sua manifestação. Que participou na ACIASA, de uma reunião que debatia o tema abordado pelo tribuno, onde se questionava os custos da cobrança da tarifa de água. Que em outros municípios a autarquia responsável pelo fornecimento de água promove uma cobrança diferenciada para as instituições filantrópicas. Que em decorrência da crise hídrica no município o Córrego do Capinzinho, que abastece o distrito de São Sebastião da Vala secou, sendo que o esgoto urbano está sendo despejado in natura no referido córrego, produzindo um mau cheiro e um desconforto para a população do referido distrito. Que a autarquia deve acatar medidas para que o esgoto tenha perenidade no leito córrego.

O vereador Neacir de oliveira Silva, no uso da palavra disse ao plenário que apesar de não enxergarmos o vento e o ar eles se fazem presentes. Que dias atrás esteve conversando com o Diretor do Hospital São José São Camilo,

a fim de que fosse feito um levantamento dos gastos com água daquela instituição. Que ao contrário do que disse o segundo tribuno os parlamentares desta Casa estão trabalhando sobre o tema, contudo, não há nenhuma divulgação ante a falta de resultados concretos. Que residiu em um logradouro que durante o dia o fornecimento de água era deficitário, melhorando somente no período noturno. Que tal fato era constantemente reclamado junto aos responsáveis. Que se recorda de épocas que a população não recebia água tratada. Que os membros desta Casa não estão paralisados, mas atuando sobre o tema, mas não há nenhuma divulgação dos trabalhos. Que a nossa luta não é contra o SAAE, mas contra qualquer tipo de injustiça contra o povo. Que essa luta é de todos os cidadãos.

O vereador André Vidal de Freitas, na condição de líder do Prefeito nesta Casa congratulou todos os professores pela passagem de seu dia. O Edil informou ao plenário que as obras de recuperação da pavimentação da Avenida Florivaldo Dias de Oliveira já iniciou; bem como a revitalização dos canteiros centrais e da Praça João Pinheiro. Quanto à manifestação do segundo tribuno, o edil disse que algumas considerações devem ser feitas, primeiramente no que tange ao mínimo cobrado pela autarquia. Que podemos fazer um estudo para reduzir o mínimo da franquia cobrado pela autarquia. Que lembra a todos que a autarquia possui um custo operacional e necessita de uma receita para fomentar a sua atividade econômica, a fim de prestar um serviço de qualidade para a população. Que devemos estudar o custo operacional, a fim de servir bem a todos, e conseqüentemente avaliar a necessidade de lucro da autarquia. Que discorda da manifestação do tribuno quando esse alega de que não há necessidade de economizarmos água. Que devemos pensar não somente em nós, mas na coletividade. Que no futuro as guerras serão pela água e não por fontes de energia. Que discorda da manifestação do tribuno quando esse alega que a água não acaba. Que temos provas de que a água e o mau uso dos recursos hídricos podem acarretar grandes problemas para a população. Que temos inúmeros logradouros em nosso município que estão passando por dificuldades pela falta da água potável. Há um estudo parlamentar sobre a possibilidade da autarquia municipal poder ajudar as instituições filantrópicas sediadas no município, contudo, este estudo de viabilidade ainda não foi concluído. Que concorda que a autarquia não deve ter um lucro desproporcional. Que há levantamento também das pessoas carentes de nosso município que poderiam ser contempladas com uma tarifa social de água fornecida pela autarquia. Quanto aos caminhões pipas que se servem da água da autarquia municipal, disse o edil que existe um rígido controle dessa movimentação e que a autarquia não está sendo lesada por esta atividade. Que mesmo sem ter autorização para falar em nome do SAAE esclarece ao plenário que a captação e distribuição de água têm um

custo, não sendo prudente fazer qualquer corte financeiro sem um estudo prévio.

O Presidente Rubens Barcelos, no uso da palavra, disse ao plenário que todos os distritos estão enfrentando sérios problemas com o abastecimento de água potável devido à estiagem prolongada e o uso irracional das águas dos córregos e rios de nosso município. Que está faltando a fiscalização pelas autoridades responsáveis. Que o Rio Capim possui inúmeras bombas para irrigação sem qualquer controle. Que a prioridade da água deve ser para o ser humano. Que os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização da utilização dos recursos hídricos devem atuar de forma mais eficaz.

O vereador André Vidal de Freitas, no uso da palavra disse ao plenário que o Projeto de Lei nº 34/2017 que visa Instituir o "Programa Social Bolsa de Estudo" para custear bolsas de Estudo em cursos de Graduação e Pós-Graduação para os servidores públicos municipais e seus dependentes vêm reforçar a política pública de acesso da população as instituições de ensino superior. Que o Estado de Santa Catarina é o Estado da Federação com uma população com o maior nível cultural do Brasil, pois além das administrações públicas municipais e órgãos públicos, empresas privadas custeiam parte dos estudos de seus funcionários. Que o Parque de diversão e entretenimento "Beto Carreiro Word" sediado no Balneário de Camburiu, Santa Catarina, ajuda os seus funcionários a terem acesso ao ensino de terceiro grau e especializações com pagamento de parte das mensalidades e despesas de transportes. Que na condição de docente de uma instituição de ensino tem conhecimento de que muitas pessoas de nosso município gostariam de estudar no terceiro grau, mas inúmeros não podem por falta de recurso financeiro. Que tem conhecimento de um aluno da UNIPAC que colocou a venda a sua casa para concluir os seus estudos junto à instituição. Que o projeto em espeque não está voltado para uma única instituição, mas sim para todas as instituições de ensino superior. Quanto ao Projeto de Lei 037/2017, afirmou o edil que se trata de um mal necessário. Que no Brasil os motociclistas somente utilizam o capacete para não serem multados, bem como os motoristas em relação ao cinto de segurança. Que os entulhos e lixos na rua é um problema para toda sociedade. Que a administração municipal não tem o objetivo de ter receitas com as multas, mas é um contra senso uma pessoa possuir recursos financeiros para construir uma casa e não ter condições de pagar uma empresa para promover o recolhimento do entulho do canteiro de obras. Que a população deve ter mais respeito e conscientização para manter a cidade limpa. Antes da aplicação da multa, o infrator será notificado pelo setor de fiscalização da administração municipal. Que as multas terão efeitos pedagógicos, a fim de evitar a proliferação deste problema social. Que o valor da multa será aproximadamente o valor

pago para o recolhimento do entulho. Que devemos procurar manter nossa cidade limpa. Que os europeus desconhecem a cultura de jogar lixo nas ruas. Que devemos comprovar que somos uma sociedade educada. Que o lixo urbano possibilita a proliferação do mosquito da dengue e de outras doenças. Que devemos procurar manter nossa cidade cada vez mais limpa.

Segunda Parte: Ordem do Dia

Discussão e votação dos Projetos de Lei em pauta e das Proposições:

Discussão e votação única do Projeto de Lei nº 034/2017 - aprovado por unanimidade

Discussão e votação única do Projeto de Lei nº 035/2017 - aprovado por unanimidade

Discussão e votação única do Projeto de Lei nº 037/2017 - aprovado por unanimidade

Primeira discussão e votação do Projeto de Lei nº 038/2017 - aprovado por unanimidade

Segunda Parte: Chamada Final

Foi constatada a presença de 11 (onze) vereadores.

Ficam os senhores vereadores convocados para a próxima reunião ordinária no dia 23/10/2017, às 18:00 horas.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2017.

Rubens Barcelos
Presidente

Admar Gomes da Silva
Secretário